

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: IMPLICAÇÕES PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE

THE PRECARIOUSNESS OF ACADEMIC LABOR IN DISTANCE EDUCATION: IMPLICATIONS FOR ITS INSTITUTIONALIZATION

PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE EN LA EDUCACIÓN A DISTANCIA: IMPLICACIONES PARA LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA MODALIDAD

Claudinei Zagui Pareschi

Universidade Federal de São Carlos

Gustavo Carvalho Mauricio

Universidade Federal de São Carlos

Daniel Mill

Universidade Federal de São Carlos

RESUMO. A institucionalização da Educação a Distância (EaD) nas Instituições Públicas de Ensino Superior, embora imprescindível para a qualidade da modalidade, revela-se um processo dinâmico e dialético, marcado por profundas contradições e desafios. Por um lado, sua expansão foi viabilizada pela política de fomento do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que impulsionou a incorporação da EaD por meio de mobilização, recursos financeiros e aumento de pesquisas. Por outro lado, a mesma UAB está no cerne da precarização do trabalho docente, com um modelo baseado em contratações temporárias, baixas remunerações e fragmentação do trabalho (polidocência), tornando-se um entrave à institucionalização ao gerar resistências. Este artigo, por meio de uma revisão de literatura, objetiva analisar a precarização do trabalho docente no sistema UAB e suas implicações para o processo de institucionalização da EaD nas IPES. A análise se fundamenta em autores como Veloso e Mill (2022, 2018a, 2018b), Mill (2021) e Chaquime et al. (2025), entre outros. Conclui-se que a fragmentação do trabalho (polidocência), a desvalorização dos profissionais e a lógica produtivista imposta pela UAB contribuem para esvaziar o potencial formativo e emancipador da modalidade. Diante das contradições e resistências geradas, o artigo aponta para a urgência de se repensar as condições de trabalho docente na EaD, visando maior dignidade e qualidade como condição fundamental para a efetiva institucionalização.

Palavras-chave: EaD. Institucionalização. Polidocência. UAB. Educação Híbrida.

ABSTRACT. The institutionalization of Distance Education (DE) in Public Higher Education Institutions, while essential for the quality of the modality, reveals itself as a dynamic and dialectical process marked by profound contradictions. On one hand, its expansion was enabled by the development policy of the Open University of Brazil (UAB) system, which spurred the incorporation of DE through mobilization, financial resources, and an increase in research. On the other hand, the same UAB is at the core of the precarization of teaching work, with a model based on temporary contracts, low wages, and the fragmentation of labor (Polydoxy), becoming a hindrance to institutionalization by generating resistance.

Through a literature review, this article aims to analyze the precarization of teaching work within the UAB system and its implications for the institutionalization process of DE in IPES. The analysis is grounded in authors such as Veloso and Mill (2022, 2018a, 2018b), Mill (2021), and Chaquime et al. (2025), among others. It is concluded that the fragmentation of labor (Polydoxy), the devaluation of professionals, and the productivist logic imposed by the UAB contribute to hollowing out the modality's formative and emancipatory potential. In light of the contradictions and resistance generated, the article points to the urgency of rethinking the working conditions for teachers in Distance Education, aiming for greater dignity and quality as a fundamental condition for its effective institutionalization.

Keywords: Distance Education. Institutionalization. Politeaching. UAB. Hybrid education.

RESUMEN. La institucionalización de la Educación a Distancia (EaD) en las Instituciones Públicas de Enseñanza Superior, aunque imprescindible para la calidad de la modalidad, se revela como un proceso dinámico y dialéctico, marcado por profundas contradicciones. Por un lado, su expansión fue viabilizada por la política de fomento del sistema de la Universidad Abierta de Brasil (UAB), que impulsó la incorporación de la EaD a través de la movilización, los recursos financieros y el aumento de la investigación. Por otro lado, la misma UAB está en el núcleo de la precarización del trabajo docente, con un modelo basado en contrataciones temporales, bajas remuneraciones y la fragmentación del trabajo (polidocencia), convirtiéndose en un obstáculo para la institucionalización al generar resistencias. Este artículo, por medio de una revisión de la literatura, tiene como objetivo analizar la precarización del trabajo docente en el sistema UAB y sus implicaciones para el proceso de institucionalización de la EaD en las IPES. El análisis se fundamenta en autores como Veloso y Mill (2022, 2018a, 2018b), Mill (2021) y Chaquime et al. (2025), entre otros. Se concluye que la fragmentación del trabajo (polidocencia), la desvalorización de los profesionales y la lógica productivista impuesta por la UAB contribuyen a vaciar el potencial formativo y emancipador de la modalidad. Ante las contradicciones y resistencias generadas, el artículo señala la urgencia de repensar las condiciones del trabajo docente en la EaD, buscando una mayor dignidad y calidad como condición fundamental para la efectiva institucionalización.

Palabras clave: Educación a distancia. Institucionalización.. Multidocencia. UAB. Educación Híbrida.

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade em que professores e estudantes não compartilham o mesmo espaço físico, sendo a interação mediada por recursos tecnológicos (Moore; Kearsley, 2008). Nas últimas duas décadas, a EaD cresceu de forma acentuada e, em 2023, representou 66,4% dos ingressantes no ensino superior, contra 33,6% da modalidade presencial, com destaque para as licenciaturas, em que já ocupa papel central na formação docente (Brasil, 2024). Esse crescimento, concentrado majoritariamente em instituições privadas, impõe o desafio de garantir qualidade e explicita, no caso das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), os entraves à sua plena incorporação e institucionalização (Veloso; Mill, 2022; Ferreira; Veloso, 2023; Chaquime, 2019).

A institucionalização da EaD consiste em sua incorporação progressiva e estruturada nas IPES, entendida como um processo gradual e contínuo de integração de estruturas e valores (Chaquime; Mill, 2018). No caso da EaD pública, trata-se de um fenômeno complexo e dialético, permeado por contradições do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), principal política de indução da modalidade (Veloso; Mill, 2022; Ferreira; Carneiro, 2015). De um lado, o fomento impulsiona recursos, pesquisas e expansão; de outro, surgem disputas internas, precarização docente e antagonismos com o ensino presencial, que ao mesmo tempo impulsionam e limitam sua aceitação e institucionalização (Ferreira; Veloso, 2023). Nesse contexto, a presente pesquisa bibliográfica e documental, tem por objetivo analisar a precarização do trabalho docente no Sistema UAB e suas implicações para a institucionalização da EaD nas IPES.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético marxiano, para analisar as contradições presentes no trabalho docente da EaD em relação ao processo de institucionalização da modalidade. Como procedimento, articulou-se uma análise documental do novo marco regulatório da EaD com uma revisão bibliográfica da produção acadêmica sobre o tema.

Para a revisão bibliográfica, a busca de trabalhos foi conduzida nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, estabelecendo-se um recorte temporal para publicações entre 2005 e 2025, período que abrange a consolidação de políticas anteriores e as discussões que levaram à nova regulamentação. Foram utilizados os seguintes descritores e suas combinações: "trabalho docente na EaD", "precarização docente E educação a distância", "docência na EaD", "institucionalização da EaD" e "marco regulatório da EaD". A seleção dos materiais seguiu critérios incluindo artigos, teses, dissertações e livros que abordassem diretamente a relação entre trabalho docente, precarização e institucionalização, com fundamentação teórica crítica. Foram excluídos trabalhos com foco exclusivo em aspectos tecnológicos, editoriais, resenhas não arbitradas e publicações fora do período estipulado.

A partir desse levantamento, a investigação aprofunda o diálogo com autores-chave para o tema, como Veloso e Mill (2022, 2018a, 2018b), Mill (2021) e Chaquime et al. (2025), e se integra às atividades do grupo de pesquisa Horizonte, da UFSCar.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD COMO UM PROCESSO DIALÉTICO

A dialética marxista oferece uma ferramenta essencial para interpretar os dados da pesquisa, evidenciando como a precarização do trabalho docente fortalece as resistências à EaD. Por um lado, muitos professores reconhecem o potencial inovador e democratizador da modalidade; por outro, as condições precárias de trabalho geram desmotivação e dificultam a adesão plena à EaD. Esse embate entre resistência e inovação é um eixo central da análise, uma vez que a insegurança trabalhista e a ausência de direitos consolidados reforçam a percepção negativa sobre a modalidade. Assim, a precarização não apenas limita o envolvimento docente, mas também intensifica preconceitos e objeções à institucionalização da EaD.

À luz do materialismo histórico dialético, observa-se que a precarização, levada a cabo pelos cursos a distância e as contradições do Sistema UAB, inscreve-se num cenário de condições materiais em que a educação é cada vez mais orientada por uma matriz exclusivamente econômica de qualidade. Os cursos a distância, encontrando terreno fértil para atingir o ótimo da redução de gastos e maximização dos resultados quantitativos, agravam os processos de precarização e instabilidade no trabalho.

Por meio dos estudos realizados, percebe-se, até o momento, que a institucionalização da EaD é fundamental não apenas para ampliar o acesso à educação superior pública, mas também para garantir a qualidade dos cursos oferecidos (Veloso; Mill, 2022; Freitas; Veloso, 2023; Chaquime et al. 2025). Para que a modalidade seja mais bem aceita, é importante superar preconceitos e adotar estratégias que promovam mudanças na cultura organizacional das IPES. Aliado a isso, torna-se fundamental discutir e propor uma nova matriz ecossistêmica de qualidade para a EaD, socialmente orientada e que supere a noção restrita de eficiência quantitativa (Ferreira; Ramos; Veloso, 2024). Daí a relevância de estudos como este que possibilitam esclarecer os processos de precarização vinculados ao próprio capitalismo e suas categorias de organização social.

Segundo Chaquime et al. (2025, p. 6), a qualidade da Educação a Distância está fortemente ligada ao grau de institucionalização da modalidade. Isso envolve ações como o planejamento estratégico voltado às reais necessidades dos estudantes, definição de normativas e projetos pedagógicos específicos, além da formação continuada de professores, tutores e equipes técnico-administrativas. Também são essenciais a avaliação constante da instituição e dos cursos, investimentos em infraestrutura (como equipamentos, laboratórios e polos de apoio presencial), e de uma sustentabilidade financeira que garanta tanto a implementação quanto a continuidade das ofertas formativas na EaD.

Entre os entraves à institucionalização destacam-se questões de trabalho docente, tratadas a seguir, com ênfase nas dinâmicas de organização do trabalho próprias da EaD e seus impactos na qualidade e na adesão institucional. do uma dependência das instituições nessa forma de fomento.

4. A POLIDOCÊNCIA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA UAB

A precarização do trabalho docente na EaD pode ser compreendida a partir da perspectiva crítica da sociologia do trabalho. Marx (2013) já apontava que, sob a lógica do capital, o trabalho tende à alienação, reduzindo o trabalhador à execução de tarefas fragmentadas, dinâmica evidente na EaD, sobretudo nas IPES, marcadas pela polidocência. Antunes (2005) amplia essa análise ao mostrar como a reestruturação produtiva intensifica a exploração e a flexibilização das relações de trabalho, fragilizando garantias institucionais. Nessa mesma direção, Frigotto (2006) alerta que a lógica mercantil e tecnicista esvazia o caráter emancipador da educação. Assim, a precarização docente na EaD não é mero efeito colateral, mas consequência estrutural das formas contemporâneas de organização do trabalho, tanto estatais quanto de mercado.

O trabalho docente na EaD possui peculiaridades marcadas pelo uso intensivo das tecnologias digitais e pela polidocência, entendida como docência coletiva, colaborativa e fragmentada, em que diferentes profissionais assumem funções distintas no processo de ensino-aprendizagem (Mill, 2021; Veloso; Mill, 2018a). Essa divisão técnica, que envolve docentes-autores, formadores e tutores presenciais e virtuais, influencia diretamente a qualidade da formação, mas também fragmenta a atividade docente e dilui

responsabilidades, dificultando seu reconhecimento pleno e integrado. Embora tecnicamente necessária, a polidocência exerce influência direta na precarização do trabalho docente, pois legitima arranjos contratuais flexíveis e desiguais, sem garantir condições dignas e estáveis para o conjunto dos profissionais envolvidos na EaD.

No âmbito da UAB, os docentes enfrentam uma estrutura de trabalho marcada pela fragilidade, com contratações predominantemente temporárias e realizadas por meio de bolsas, situação que afeta sobretudo os tutores presenciais e virtuais, em geral sem vínculo formal e à margem de direitos trabalhistas básicos (Veloso; Mill, 2018a). Esse processo, alinhado às perversidades do capitalismo contemporâneo e à lógica da reestruturação produtiva e do pós-fordismo, busca maximizar resultados a baixo custo e desconsidera as condições de trabalho dos profissionais, de modo que a estrutura da UAB, ao priorizar resultados quantitativos e a flexibilização contratual, contribui diretamente para a precarização docente, impondo instabilidade, sobrecarga e desvalorização da função educativa.

Pereira e Neves (2020) ressaltam que, embora a EaD represente uma política de democratização do ensino superior, sobretudo para populações marginalizadas, sua estrutura na UAB se apoia em vínculos frágeis e bolsas de baixa remuneração, sem garantias legais ou proteção social, em contradição com os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A configuração pedagógica da EaD exige novos perfis profissionais, mas sem valorização ou segurança, resultando em intensificação, acúmulo de funções e múltiplas formas de precarização, que vão da jornada excessiva à fragilidade institucional.

Para Del Pino, Grützmann e Palau (2011), a institucionalização da EaD nas universidades federais introduziu uma lógica produtivista e gerencial que fragmenta o processo pedagógico, enfraquece a identidade profissional e reduz a autonomia docente, transformando o professor em executor de tarefas definidas por plataformas digitais. Essa dinâmica se agrava com a contratação de tutores e docentes via bolsas ou vínculos temporários, sem garantias trabalhistas, o que rompe com princípios da universidade pública e aprofunda a precarização, convertendo o ensino em prática massificada e mercantilizada, marcada pela instabilidade e pela intensificação do trabalho, fatores que tensionam a própria institucionalização da modalidade.

Segundo Mauricio (2024), a institucionalização é o processo pelo qual práticas, normas e valores são formalmente incorporados e reconhecidos dentro de uma estrutura organizacional, tornando-se parte de sua cultura. No caso da EaD, sua introdução em universidades historicamente presenciais provoca um choque inicial, desestabilizando práticas consolidadas, mas, progressivamente, vem sendo incorporada também nos cursos presenciais, tornando a educação cada vez mais híbrida. Nesse cenário, o debate sobre a precarização do trabalho docente mostra-se ainda mais necessário e urgente.

A introdução da EaD em uma universidade historicamente voltada ao ensino presencial rompe com a dinâmica tradicional da instituição, gerando, em um primeiro momento, um choque cultural. Essa mudança tende a desestabilizar práticas e rotinas que já estavam consolidadas (Mauricio, 2024). As práticas da EaD vêm sendo gradualmente incorporadas pelas universidades, não apenas nos cursos a distância, mas também nos presenciais. A educação tem se tornado cada vez mais híbrida, com o uso crescente de recursos e metodologias próprias da EaD. Nesse cenário, o debate sobre a precarização do trabalho docente torna-se ainda mais necessário e urgente.

5. O NOVO MARCO REGULATÓRIO DA EAD: AVANÇOS OU RETROCESSOS?

O novo marco regulatório da EaD, estabelecido pelo Decreto nº 12.456/2025, possibilita a percepção de uma educação cada vez mais híbrida, onde as fronteiras entre o presencial e o virtual se tornam mais fluidas e confusas. Em vez de uma separação rígida, a legislação cria uma continuidade de ofertas ao definir percentuais de carga horária que mesclam as modalidades. Um curso considerado "presencial", por exemplo, pode agora incluir até 30% de sua carga horária em atividades a distância.

No outro extremo, um curso "a distância" é obrigado a ter, no mínimo, 10% de suas atividades em formato presencial. A consolidação desse modelo híbrido é ainda mais evidente na formalização da categoria "semipresencial", que exige um mínimo de 30% de presencialidade, complementada por outros 20% que podem ser presenciais ou em "atividades síncronas mediadas", um formato que por si só já confunde a simples oposição entre os modelos. Essa estrutura regulatória, portanto, abandona a antiga dicotomia e institucionaliza a integração entre as diferentes formas de ensino. Veloso, Mill e Moreira

(2023) já antecipavam que a educação superior avançaria para modelos híbridos, em que atividades presenciais e virtuais se entrelaçam a ponto de se tornarem inseparáveis.

O recente movimento do Ministério da Educação pela criação de um novo marco regulatório para a EaD integra o processo dialético de sua institucionalização, como resposta à expansão acelerada marcada por críticas à qualidade e às condições de trabalho. Ao reconhecer as distorções de uma lógica de crescimento pautada em critérios econômicos que resultaram em custos reduzidos e precarização docente, as novas diretrizes podem fortalecer setores das IPES que defendem melhores condições e qualidade pedagógica, mas também colocam em xeque o modelo fragmentado e baseado em bolsas da UAB, intensificando tensões com a educação presencial. Esse marco pode impulsionar uma incorporação orgânica da EaD às universidades, com investimentos, cargos efetivos e integração orçamentária, mas, sem debate consistente sobre financiamento e carreira docente, corre o risco de restringir a oferta pública e representar retrocesso.

Para Mattar (2024), o novo marco regulatório da EaD representa um retrocesso ao romper com sua concepção como política pública voltada à democratização do ensino superior. O autor denuncia a substituição de uma regulação criteriosa por um modelo liberal que transfere responsabilidades do Estado para as instituições, favorece a mercantilização da educação e desobriga investimentos estruturantes. A flexibilização das diretrizes, em vez de promover qualidade, abre espaço para expansão desregulada da modalidade, sem garantias pedagógicas, de infraestrutura ou de valorização docente. Ele também problematiza o discurso do “futuro híbrido”, utilizado para legitimar a precarização e substituir processos formativos integrais por conteúdos digitais fragmentados, advertindo que a EaD pública corre o risco de se reduzir a um ensino massificado e de baixo custo. Diante disso, defende que a regulação esteja ancorada em princípios públicos, voltados à qualidade, à equidade e à valorização do trabalho docente como dimensão essencial do processo educativo.

Com base no Decreto nº 12.456/2025 e na Portaria MEC nº 506/2025, o novo marco regulatório da EaD impõe exigências práticas que podem contribuir para a valorização docente, como a exigência de corpo docente com pós-graduação, mediadores pedagógicos com graduação mínima, realização de ao menos uma avaliação presencial por unidade

curricular, uso de plataformas digitais com recursos de interação e repositórios bibliográficos, além de infraestrutura adequada nos polos EaD, compatível ao número de estudantes matriculados. Apesar de representarem avanços normativos relevantes, tais disposições não asseguram vínculo profissional estável, plano de carreira uniforme ou fonte de financiamento contínuo, aspectos indispensáveis para superar a precarização docente. Ademais, ao mesmo tempo em que estabelecem parâmetros de qualidade capazes de favorecer a integração entre modalidades, podem também reforçar a terceirização e a manutenção de contratos por bolsa, sobretudo no âmbito da UAB. Para que o marco não se limite a um discurso normativo, é imprescindível que sua implementação esteja vinculada a medidas concretas de valorização da docência, como financiamento estável, criação de cargos efetivos, planos de carreira e monitoramento permanente das condições de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje, o Sistema UAB é a principal fonte de financiamento da EaD pública, mas sua dependência gera disputas internas, resistências e preconceitos, reforçando a visão de antagonismo com o ensino presencial. A fragmentação do trabalho pela polidocência, a desvalorização profissional e a lógica produtivista imposta pelos programas de fomento contribuem para esvaziar o potencial formativo da modalidade.

Superar esse quadro exige discutir modelos alternativos de financiamento, com criação de cargos efetivos para docentes e tutores e a inclusão da EaD nos orçamentos regulares das IPES, de modo a garantir segurança trabalhista, condições adequadas e perspectiva de carreira. Valorizar o trabalho docente é essencial para assegurar a qualidade da EaD e reafirmá-la como parte do direito constitucional à educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024.

CHAQUIME, Luciane Penteado; CORASSA, Maria A. C.; MATTA, Claudia E.; GARBE, Gisele G. Institucionalização da EaD: perspectivas para se pensar a qualidade da modalidade. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 12, 2025.

CHAQUIME, Luciane Penteado; PARESCHI, Claudinei Zagui. A institucionalização da Educação a Distância no Brasil e a formação de professores: subsídios para se pensar o futuro da modalidade. **Dialogia**, São Paulo, n. 54, pág. 1-19, 2025.

CHAQUIME, Luciane Penteado; MILL, Daniel. A institucionalização da educação a distância como tema de pesquisa. **CIET:EnPED**, São Carlos, 2018.

CHAQUIME, L. P. **A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2006 a 2018**. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

DEL PINO, M. A. B.; GRÜTZMANN, T. P.; PALAU, R. DE C. N. A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente. **Cadernos de Educação**, n. 38, 2011.

FERREIRA, M; CARNEIRO, T. C. J. A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015.

FERREIRA, M.; RAMOS, W. M.; VELOSO, B. Qualidade na EaD na perspectiva ecossistêmica. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e284729, 2024.

FERREIRA, M.; VELOSO, B. A institucionalização da educação a distância como pesquisa, crítica e produtividade. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 10, 2023.

FREITAS, Simone Aparecida de; VELOSO, Braian. Institucionalização da educação a distância pública: olhares sobre a cultura organizacional. **Anais do Congresso Brasileiro de Educação Superior a Distância - ESUD**, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2024.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política ; livro primeiro - o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATTAR, João. Educação a Distância no Brasil: Retrocesso no Marco Regulatório ou Futuro Híbrido? **EaD em Foco**, v. 14, n. 2, p. e2259-e2259, 2024.

MAURICIO, Gustavo Carvalho. **Institucionalização da educação híbrida: um estudo sobre o uso de tecnologias digitais em instituições públicas de ensino superior**. (Dissertação de Mestrado) São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2024.

MILL, Daniel. Proposições sobre Polidocência e Equipes de Trabalho na Educação a Distância. In **Luzes sobre a Docência na Educação a Distância: uma visão propositiva**. Daniel Mill, Glauber Santiago (orgs.) São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021, p. 47-69.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PEREIRA, Bruno Bertolin; NEVES, César Augusto Neves. A Precarização Do Trabalho Docente Na Universidade Aberta Do Brasil (Uab): Uma Avaliação A Partir Da Agenda De Trabalho Decente Da OIT. **Anais CIET: Horizonte**, 2020.

VELOSO, Braian; MILL, Daniel. Institucionalização Da Educação A Distância Pública Enquanto Fenômeno Essencialmente Dialético. **Educação em Revista**, v. 38, p. e33842, 2022.

VELOSO, Braian; MILL, Daniel. Precarização do Trabalho Docente na Educação a Distância: elementos para pensar a valorização da docência virtual. **Educação em Foco**, v. 23, n. 1, p. 111–132, 2018a.

VELOSO, Braian; MILL, Daniel. Divisão e fragmentação do trabalho docente na Educação a Distância: uma análise crítica à luz da polidocência. **Revista Educaonline**, v. 12, n. 2, p. 107-123, 2018b.

VELOSO, Braian; MILL, Daniel; MOREIRA, José António. Educação híbrida como tendência histórica: análise das realidades Brasileira e Portuguesa. **Dialogia**, p. 1–20, 2023.

VILELA, Tânia Jucilene Vieira. **Institucionalização dá Educação a Distância na Universidade Federal dá Grande Dourados (UFGD): histórico, processos e fases**. 2019.155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dá Grande Dourados, Dourados, 2019.

Sobre os autores

Claudinei Zagui Pareschi

Doutorando em educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre em educação pela UNIMEP, formado em Filosofia, Pedagogia e História. Pesquisador pelo Grupo Horizonte da UFSCar, do Grupo Movimentos Docentes da Unifesp e do Grupo CONNECTAR, da UNITINS. Atualmente sou diretor de escola na SME-Limeira.

E-mail: claudineizagui@gmail.com

Gustavo Carvalho Mauricio

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador pelo Grupo Horizonte da UFSCar e do Grupo CONNECTAR, da UNITINS. Graduado em Computação - Licenciatura - Claretiano Centro Universitário. Especialista em Desenvolvimento de Software para Web pela UFSCar e Especialista em Gestão Pública pela UFSCar. Atualmente sou técnico em tecnologia da informação da Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: gcmauricio@ufscar.br

Daniel Mill

Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com formação e expertise em Educação a Distância e integração de tecnologias no ensino-aprendizagem. Doutor em Educação pela UFMG, com pós-doutorados pela Universidade de Coimbra e Universidade Aberta de Portugal. Desde 2007, é líder-fundador do Grupo Horizonte (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação e também já atuou por vários anos no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Como pesquisador, tem particular interesse pela interseção entre as temáticas: Educação, Tecnologias e Linguagens; com especial atenção aos temas aprendizagem significativa, gestão, trabalho docente, cognição, educação a distância, metodologias ativas, entre outros assuntos correlatos.

E-mail: mill@ufscar.br

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.